



O papel das Humanidades na sociedade contemporânea

Autor(es): André, João Maria

Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/32459>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_9_10

Accessed : 20-Aug-2022 03:20:25

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.





FL·UC/1911·2011

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO MARIA ANDRÉ

Universidade de Coimbra

O PAPEL DAS HUMANIDADES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*

Resumo

No presente texto procura-se demonstrar como as Humanidades desempenham um papel central no contexto da sociedade contemporânea. Para isso, começam por ser apresentados três traços da realidade contemporânea no contexto dos quais o estudo das Humanidades adquire o seu relevo: a globalização, a sociedade actual como sociedade do conhecimento e da informação e a multiculturalidade. Em seguida, são abordados os paradigmas, simultaneamente epistemológicos e sociais, que justificam uma atenção ao humano tal como ele é abordado e aprofundado nas Humanidades e nas Artes que constituem o centro da atenção nas Faculdades de Letras: o paradigma da análise e da fragmentação, o primado do tecno-científico na concepção da ciência, na concepção do homem e na concepção da sociedade, o paradigma da mercantilização ou mercadorização das coisas e da vida e o paradigma da liquidez ou da liquefacção do mundo contemporâneo. Num apontamento final são enunciados três princípios para uma correcta perspectivação e valorização das Humanidades nos tempos actuais: o princípio da resistência cultural, o princípio da consciência crítica, da vigilância epistemológica e da capacidade de desconstrução incondicional dos sistemas de ideias e o princípio do primado das línguas maternas e das nossas linguagens naturais.

Palavras-Chave: Humanidades, Humanidades e Arte.

Abstract

This text aims to demonstrate how the humanities play a central role in contemporary society. To do so it starts by presenting three features of the contemporary reality in the context of which the study of the humanities acquires special importance: globalization, today's society as a society of knowledge

* Texto da conferência realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 27 de Setembro de 2011, na recepção aos alunos do primeiro ano das licenciaturas da Faculdade.

and information, and multiculturalism. Next, it addresses the epistemological and societal paradigms which justify an attention to the human as it is approached and analyzed in the Humanities and Arts: the paradigm of analysis and fragmentation, the primacy of the techno-scientific perspective in the conception of science, man and society, the paradigm of the commodification of things and life, and the paradigm of liquidity or liquefaction in the contemporary world. A final note presents three principles for a correct approach and appreciation of the humanities in our time: the principle of cultural resistance, the principle of critical consciousness, of epistemological surveillance and unconditional deconstruction of systems of ideas, and the principle of the primacy of the mother tongues and our natural languages.

Keywords: Humanities, Humanities and Art.

Caracterizam-se por profundas transformações os tempos que vivemos e a Universidade não escapa ao clima de mudança que marca a sociedade actual. Os progressos científicos e técnicos, as dinâmicas económicas cujo domínio parece furtar-se ao controle dos tradicionais sujeitos do devir histórico, as mutações geográficas decorrentes da redefinição das comunidades nacionais e internacionais e do seu papel histórico na construção da Europa e do Mundo, as configurações culturais e ideológicas que redefinem os mapas de percepção do real e de orientação nas suas múltiplas regiões, inscrevem na actualidade a crise, a insegurança e a incerteza que se repercutem nas opções com que desenhamos o futuro e nos caminhos através dos quais nos preparamos para o percorrer. É por isso que optar por uma área para base de uma formação universitária constitui uma escolha de consequências incontornáveis ao longo de toda a vida. Os que aqui se encontram escolheram a área de Humanidades para a realização dos seus estudos superiores. Fazê-lo constituiu uma aposta e um risco. Uma aposta num campo de conhecimentos cuja importância nem sempre é reconhecida na sociedade científico-técnica em que vivemos e que, por isso, tende a ser desvalorizada e subalternizada face ao primado da economia na resposta às crises do mundo contemporâneo e face ao primado positivista da ciência e da técnica na construção do progresso vectorizado pelo consumo, pela produção, pelo bem-estar material e pelo desvendar das fronteiras do universo. E é por isso que tal opção se revela como um risco: um risco de investir num conhecimento do humano e num aprofundamento das suas diversas dimensões em vertentes cuja utilidade a dinâmica económica e o mercado de trabalho nem sempre admitem e que, aos olhos de muitos, constituem modos de vida e de realização que já tiveram o seu lugar central e a sua oportunidade, mas que hoje constituem sobretudo restos de um passado que o devir histórico tenderia a enterrar. Cabe, por isso, perguntar: qual o papel e o lugar das Humanidades na sociedade contemporânea? Qual a importância do estudo das Humanidades para a construção do presente e para a abertura do futuro e do homem que com ele irrompe? Que espaço poderão ocupar nos tempos actuais as profissões que assentam numa formação universitária em torno do homem, da sua natureza, das suas formas de comunicação, da sua memória, do seu pensamento, das suas criações e do seu modo de se organizar no espaço e de fazer do mundo a sua morada, a casa da sua habitação, a inscrição da sua existência?

É uma tentativa de responder a estas questões que traduz a reflexão que agora vos proponho e que visa, fundamentalmente, demonstrar que vale a pena investir numa formação humanística para fazer face ao mundo em mudança e às transformações macroparadigmáticas que definem a sociedade contemporânea.

1. De entre os muitos traços que caracterizam os tempos actuais gostaria de salientar alguns que nos permitem detectar e salientar o espaço que pode ser ocupado pelas Humanidades e o papel que elas podem desempenhar na superação de impasses, limitações, obstáculos e reduções do horizonte histórico, sociológico, político, epistemológico e tecnológico que marca o mundo em que vivemos.

O primeiro traço a que gostaria de fazer referência diz respeito à globalização. Vivemos em tempos de globalização, dizem-nos os jornais, as televisões e as análises económicas, sociológicas e políticas. Mas o que é, afinal, a globalização? Será que há apenas uma globalização ou haverá antes vários tipos ou movimentos de globalização, sendo indispensável abordar esse fenómeno com um olhar crítico, sem sucumbir às leituras lineares que os movimentos hegemónicos da sociedade contemporânea produzem e que conduzem a um fatalismo histórico e a um imobilismo social e político? Se Giddens, num dos seus primeiros textos a abordar este fenómeno, define a globalização como “a intensificação das relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa”¹, Boaventura de Sousa Santos define-a, por seu lado, como “conjuntos de relações sociais que se traduzem na intensificação das interacções transnacionais, sejam elas práticas interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais.”² Nesta perspectiva, a globalização pode apresentar diversos rostos, sendo assim possível distinguir, por exemplo, entre uma globalização de rapina, hegemónica, de matriz neoliberal, que corresponde ao modo como os países do

¹ Anthony GIDDENS, *Consecuencias de la Modernidad*, trad. de Ana Lizón Ramón, Madrid, Alianza Editorial, 2002, pp. 67-68.

² Boaventura de Sousa SANTOS, “Os processos da globalização”. In: Boaventura de Sousa SANTOS, (Org.) — *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 90.

centro do sistema mundial se relacionam, de uma forma dominadora e exploradora, com os países da periferia, e uma globalização da solidariedade, contra-hegemónica, de que dão testemunho os movimentos de aproximação dos homens nas suas lutas pelo reconhecimento dos seus direitos e pela emancipação ou nos seus esforços por inventar novas formas ecoéticas de o homem se situar no mundo e de dele fazer a sua casa³. O movimento ou os movimentos da globalização são, assim, tensionais, com impulsos e tonalidades de natureza contraditória, sendo fundamental e indispensável articulá-los com a defesa do humano e dos seus direitos e sendo também indispensável ter em conta as suas diversas dimensões, já que a dimensão económica não é a única que prevalece e caracteriza a sua expansão na sociedade actual. Significa que o olhar das Humanidades e a sua intervenção específica sobre o fenómeno da globalização enriquece a sua textura, dá conta das suas contradições e inscreve outros valores num mapa em que pareceriam apenas pontificar os valores económicos ou os valores tecnológicos. Através da História, por exemplo, podem descobrir-se as diversas fases da globalização, chegando à conclusão de que, apesar das suas especificidades actuais, longe de ser um fenómeno exclusivamente contemporâneo, é, pelo contrário, um fenómeno que atravessou diversas etapas históricas, de que o cosmopolitismo helénico ou a expansão das descobertas foram marcos decisivos e incontornáveis. E à sua configuração histórica junta o estudo das línguas e das culturas dimensões discursivas que importa também privilegiar, e junta a geografia das migrações dimensões relativas ao movimento das populações, à sua mistura ou às discriminações étnicas que a sociologia da globalização também não pode ignorar. Por outro lado, uma filosofia da globalização está atenta às dinâmicas da identidade, da uniformidade e da alteridade que se jogam na redução das distâncias, na aproximação dos povos e na eliminação das fronteiras, chamando a atenção para as implicações antropológicas de um fenómeno que atinge o homem na sua essência mais profunda.

O segundo traço que gostaria de referir como característica da sociedade actual tem a ver com a sua caracterização como uma sociedade

³ Cf. Miguel Baptista PEREIRA, “Alteridade, linguagem e globalização”, *Revista Filosófica de Coimbra*, XII/23 (2003), p. 36.

do conhecimento e da informação⁴. Por detrás dessa caracterização está naturalmente o desenvolvimento tecnológico que veio aumentar a capacidade de comunicação à distância e que faz da polis em que vivemos uma nova telépolis em que as ruas são substituídas por canais de fibra óptica ou por ondas que permitem a comunicação sem fios, as casas são os pontos de conexão à rede, os fóruns de contacto e discussão são as redes sociais, as novas bibliotecas são as bases de dados a que se acede, os meios de transporte são os motores de busca e os portais de acesso em cada uma das especialidades, criando assim novas formas de formação e educação, como o e-learning, novas formas de trabalho, como o tele-trabalho, novas formas de debate como os fóruns virtuais, novas formas de jornalismo de informação instantânea e até novas formas de relacionamento sexual como o cibersexo⁵. É este o mundo da WEB, um mundo onde se não mora, mas onde se viaja permanentemente à velocidade da luz. Um mundo caracterizado por um tempo e um espaço globais, que são, simultaneamente, um tempo e um espaço reticulares, em que referências e especificidades se desvanecem porque se dilui o chão que lhes dava algum sentido e que dava sentido e configuração ao mundo ou aos mundos em que se morava: o chão da cultura. Por alguma razão se chama a esta nova sociedade da informação e do conhecimento e não sociedade da cultura. Mas mesmo as expressões sociedade da informação e sociedade do conhecimento traem de alguma maneira aquilo que dizem ou pretendem dizer. Porque esse conhecimento e essa informação não são efectivamente nem conhecimento nem informação em sentido pleno: são bancos de dados que carecem de tratamento e assimilação para serem transformados em verdadeiro conhecimento. Como só por uma mera e distante analogia se pode chamar memória ao espaço ocupado por esses bancos de dados. Porque, afinal, memória não é apenas a acumulação e o arquivo de dados e de informações. Memória é aquilo que, habitando-nos por dentro, nos move e comove pelas ressonâncias afectivas que desencadeia, pelas raízes existenciais em que mergulha, pelas relações sensíveis com a história, com os factos, com o tempo e com as pessoas que na sua

⁴ Cf. Manuel CASTELLS, *La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura*, México, Siglo XXI Editores, 2001, 3 vols.

⁵ Cf. Javier ECHEVERRÍA, *Telépolis*, Barcelona, Ediciones Destino, 1994.

mobilização são convocadas⁶. E é exactamente por esse motivo que as Humanidades lançam uma nova luz sobre a sociedade de informação e de conhecimento. Inscrevem a necessidade do humano no seio da própria informação, inscrevem a atenção sensível e afectiva no interior da comunicação electrónica e virtual, inscrevem o peso e a tonalidade da memória viva no arquivo neutro e impessoal da acumulação de dados. E, sobretudo, ajudam a desenhar linhas de orientação numa torre de Babel horizontal em que se viaja sem rumo para todos os pontos e em todas as direcções. As Humanidades activam o pensamento que é algo diferente do cálculo e da navegação: pela Filosofia que está no coração das Humanidades, pela História que está nas suas raízes, pela mediação linguística que está no coração da sua forma de comunicar, pela dimensão geográfica, concreta e humana, dos espaços em que se movimentam, pela dimensão artística que transforma a técnica em autêntica criação, as Humanidades dão peso, rosto, espessura, fala e diálogo à natureza inerte e vazia que a comunicação tecnológica promove, sem poder atingir a profundidade do encontro entre duas pessoas na sua singularidade existencial e na sua historicidade única e irrepetível.

O terceiro traço com que poderia ser caracterizado o mundo contemporâneo tem a ver com a multiculturalidade que experimentamos no nosso quotidiano. Vivemos numa sociedade multicultural. Nações, etnias e culturas deixaram de se circunscrever nos limites territoriais de um Estado-nação e, superando fronteiras políticas e geográficas, encontram-se agora lado a lado ou misturam-se em miscigenações, crioulizações ou mestiçagens dando origem a múltiplas configurações híbridas a nível cultural, social e artístico. Se a globalização, a que já fizemos referência, contribuiu em grande medida para o rosto culturalmente colorido dos nossos gostos e dos nossos estilos de vida, se o desenvolvimento da WEB tornou mais próximo o que existia à distância, a intensificação das migrações deu materialização física à circulação das culturas e transformou em mosaicos etnicamente compósitos as ruas em que nos movimentamos, os centros comerciais em que transaccionamos, os aeroportos a partir dos quais viajamos, os locais de trabalho em que profissionalmente nos realizamos e até os

⁶ Cf. Paul RICOEUR, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000. Cf. também Fernando CATROGA, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001.

espaços das escolas em que aprendemos e ensinamos. A multiculturalidade pode, no entanto, gerar atitudes díspares que nem sempre fazem jus à capacidade de encontro e de diálogo que caracteriza o ser humano na sua dinâmica social mais profunda. Tais atitudes vão desde a acentuação das identidades locais e regionais, com a conseqüente rejeição do outro na sua estranheza ameaçadora, à coexistência pacífica, mais ou menos indiferente, com o que insularmente nos rodeia mas que não nos perturba nem nos questiona, ou ainda à interação e ao cruzamento activo com o que assim nos desafia e ao mesmo tempo nos atrai na sua riqueza e na sua diversidade complementar do nosso enraizamento identitário. Entre os nacionalismos e os cosmopolitismos, entre o “choque de civilizações” e o diálogo intercultural, desenham-se muitos caminhos que podem ser percorridos nesta aventura através da diferença. E, consoante os níveis a que nos situamos, assim se erguem pontes ou muralhas para estruturar as nossas relações com os outros: se ao nível da economia a interação parece ser incontornável no mercado globalizado em que nos movimentamos, ao nível do pensamento e das ideias, em que se constroem as nossas mundividências e em que se estruturam as nossas relações com o sagrado ou com o transcendente, os obstáculos ao diálogo acentuam-se⁷ e a multiculturalidade tende a traduzir-se nas múltiplas formas de multiculturalismo que, como muito bem reconheceu Amartya Sen, muitas vezes não passam de formas de monoculturalismo plural, ou seja, da “existência de uma diversidade de culturas, que podem passar umas pelas outras como navios durante a noite”. A incomensurabilidade entre culturas tende, nestes casos, a substituir o diálogo e a interação, a mistura e a miscigenação⁸. Ora é também neste contexto multicultural que as Humanidades podem ajudar a desenhar uma mais sã e pacífica convivência entre os povos. Com efeito, no estudo das Humanidades entramos em contacto com povos e culturas diferentes, aprendemos as suas línguas, a sua história, a sua geografia, os seus mitos, os seus valores, as suas formas de comunicar e as suas maneiras de ver, de viver e de fazer mundos.

⁷ Cf. João Maria ANDRÉ, “Interpretações do mundo e multiculturalismo: incomensurabilidade e diálogo entre culturas”. *Revista Filosófica de Coimbra*, XVIII/35 (2009), pp. 7-42.

⁸ Cf. Amartya SEN, *Identidade e violência. A ilusão do destino*, trad. de Maria José de La Fuente, Lisboa, Tinta da China, 2007, p. 205.

Damo-nos conta da riqueza do património dos outros, da pluralidade de religiões e da diversidade civilizacional que marcou a sua forma de estar no tempo e na vida. Pelo estudo da História, da Geografia, das Línguas, das Culturas, da Filosofia e das Artes, adquirimos uma capacidade de comunicar com os outros sem marcas de exclusão ou xenofobia e abertos à possibilidade de um verdadeiro diálogo intercultural que não significa hibridismo superficial ou epidérmico, mas compreensão do outro, activando o conceito de hospedagem que dá um sentido ecuménico à nossa presença no mundo e à nossa vivência com os outros. Esse diálogo intercultural pode começar já dentro da própria Universidade, que é o lugar em que se dá uma unidade da diversidade, não apenas disciplinar, permitindo o cruzamento entre áreas de saber diversificadas, mas também cultural, garantindo a convivência com aqueles que nos visitam, sejam eles provenientes de países lusófonos, como o Brasil ou as nossas antigas colónias, ou sejam provenientes de outros países da Europa e do mundo, que, através dos programas de mobilidade, acentuam a multiculturalidade das nossas Faculdades e reclamam uma interculturalidade permanente e activa no convívio e na entreaajuda numa aprendizagem conjunta da vivência universitária.

2. A sociedade que estes três traços referidos caracterizam é também uma sociedade em mudança, em que velhos paradigmas sociais e epistemológicos começam a mostrar os seus limites e em que novos paradigmas vão emergindo e para os quais parece inquestionável o contributo do olhar e da intervenção das Humanidades.

Começaria por referir um paradigma que é simultaneamente epistemológico e societal: o paradigma da análise e da fragmentação. Por um lado, toda a sociedade moderna, desde o Renascimento até hoje, evoluiu numa linha de orientação que foi dando o primado ao pontual, à especialização, ao exercício do poder analítico como se o domínio assentasse na capacidade de dividir para reinar. É esse olhar analítico que está já na base das regras do método de Descartes (a decomposição analítica em partes para que a inteligibilidade das partes permitisse a inteligibilidade do todo) e que se concretiza na progressiva constituição da ciência a partir do valor da especialidade, da parte, do fragmento, como objecto do olhar do especialista. Esqueceu-se a Modernidade de que o todo é mais do que a soma das suas partes e que apresenta uma dinâmica que o conhecimento das respectivas partes nunca

chega a compreender nem a abarcar. Este paradigma epistemológico, bem expresso na comparação do saber a uma árvore em que se avança do tronco para os respectivos ramos que são a realização especializada do conhecimento, repercutiu-se num paradigma societal em que a cada especialidade do conhecimento correspondia uma especialização na intervenção profissional sobre a realidade, de tal maneira que se foi perdendo a noção da totalidade que é o real e da complexidade que é a comunidade dos homens nas suas relações uns com os outros e no seu enraizamento no mundo físico e natural. Separou-se simultaneamente o objecto do sujeito e contrapôs-se ao sujeito, separou-se o indivíduo da sociedade, constituíram-se ilhas dentro da realidade, mundos dentro do mundo, parcelas dentro da totalidade, sentindo-se o homem cada vez mais incapaz de compreender o todo em que se inscreve, sendo um amputado especialista da parte que isola dentro desse mesmo todo. O ideal de inteligibilidade do real converteu-se assim numa inteligibilidade empobrecida, redutora, fragmentadora na sua especialização disciplinar. Entretanto, os problemas que o mundo contemporâneo levanta reclamam um outro olhar sobre a realidade: reclamam um paradigma holístico dentro de uma concepção de verdade multiperspectivada e complexa e a partir de uma abordagem não só interdisciplinar mas mesmo transversal do mundo, da natureza e do humano. Ora é precisamente na transição de um paradigma fragmentador, redutor e mutilador da realidade para um paradigma complexo, holístico e reunificador que as Humanidades podem revelar a sua virtualidade. Porque as Humanidades são, por natureza, o domínio da transversalidade, e estão, por natureza, abertas à totalidade em que o homem se inscreve pelo seu pensamento e pela sua acção, na medida em que o que é transversal a todas as fragmentações é precisamente o humano enquanto humano, sendo o saber do humano não um saber objectivante e disjuntivo, mas um saber holístico e reunificador, um saber compreensivo atento ao envolvimento do objecto pelo sujeito, da realidade pelo tempo, do indivíduo pela comunidade, da parte pelo todo, da natureza pelo pensamento e da sociedade pela natureza. O saber das Humanidades é um saber dialógico, assente numa atitude de interrogação e de escuta, atento não só às zonas de conhecimento que a razão vai estabelecendo, mas também às áreas de desconhecimento que marcam a nossa relação com o mundo que queremos conhecer, conscientes dos nossos poderes e dos nossos limites como seres humanos. É neste sentido que as

Humanidades podem dar um grande contributo para a superação de um paradigma analítico, reducionista e fragmentador rumo a um novo paradigma holístico, complexo e reunificador.

Um segundo paradigma simultaneamente epistemológico e societal que caracteriza o mundo contemporâneo tem a ver com o primado do tecno-científico na concepção da ciência, na concepção do homem e na concepção da sociedade. Assenta na redução do homem ao *homo sapiens* e ao *homo faber*, ou seja, ao cientista e ao técnico, esquecendo as outras dimensões que fazem incontornavelmente parte do ser humano. Este primado, que corresponde simultaneamente ao primado das ciências da natureza sobre as ciências do homem e da sociedade é claramente uma herança dos primeiros tempos da Modernidade marcados pela revolução científica do século XVII e pelo pensamento *sub specie machinae* que então se desenhou como modelo de inteligibilidade do mundo, da sociedade, do homem e do seu psiquismo. Um mundo-máquina, habitado por uma sociedade-máquina, constituída por homens-máquina foi o horizonte em que se desenvolveram os grandes triunfos da ciência moderna, que das ciências da natureza se estenderam pelo positivismo às ciências do espírito e às ciências sociais e humanas, sendo também nesse horizonte que germinou e se constituiu a ideia de progresso que atravessou o século XVIII com o Iluminismo, o século XIX com a Revolução Industrial e o século XX com a Revolução Informática e Tecnológica. Por detrás de todo esse mecanicismo está um dualismo entre a dimensão corporal e espiritual do homem que se prolonga numa cisão entre a sua racionalidade e a sua afectividade, passando para primeiro plano a dimensão racional e desvalorizando-se, como seu reverso, o domínio das emoções e das paixões. Esqueceu-se assim o homem que não é apenas *sapiens*, mas também *demens*, como tem sublinhado com vigor Edgar Morin⁹, que além de saber e conhecer, é capaz de sonhar e de efabular, e que, além disso, é igualmente um homem *ludens*, um ser que joga, sendo mesmo o jogo,

⁹ Cf., por exemplo, Edgar MORIN, *As grandes questões do nosso tempo*, trad. de Adelino dos Santos Rodrigues, Lisboa, Editorial Notícias, 1992, pp. 85-86 e *Método V. A humanidade da humanidade. A identidade humana*, trad. de José Espadeiro Martins, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2003, pp. 113 e ss.

o carácter lúdico, a marca mais expressiva da sua dimensão cultural¹⁰. Ora é também na recuperação dessas outras dimensões do ser humano que as Humanidades podem ter um papel insubstituível no mundo contemporâneo. Nas Humanidades descobrem-se os outros domínios que o conhecimento das ciências da natureza tendem a esquecer ou a negligenciar: a capacidade comunicativa do homem como ser de linguagem que é, capaz de forjar símbolos e de construir mundos simbólicos que se erguem, como monumentos histórico-culturais, sobre o mundo da natureza que as ciências pretensamente exactas procuram explorar; a capacidade criativa que se manifesta nas artes e na cultura e que revela que o homem não se reduz a um técnico produtor de realidades marcadas pela utilidade no seu quotidiano, mas se compraz na invenção do supérfluo e no exercício do seu poder inventivo na música, na pintura, na arquitectura, na poesia, no teatro, no cinema e em tantas outras actividades em que se materializa o seu génio e a força da sua imaginação criadora; a capacidade de transformar o espaço de meio circundante que é em morada e habitação, construindo cidades e inscrevendo no traçado das ruas, no desenho das casas, na demarcação dos campos, a sua presença actuante e transformadora do mundo e do tempo; e também a capacidade de pensar, de formular perguntas sobre a vida e a existência, de responder ao quem somos, donde vivimos e para onde vamos, de construir e desconstruir discursos, ideologias, filosofias, de interrogar criticamente o mundo e a vida e responder criticamente às interrogações que não deixa de formular. Assim, a um paradigma dominado pela máquina, pela técnica, pelo científico-natural e pela produtividade abrem as Humanidades a alternativa de um paradigma dominado pelo jogo, pela imaginação, pela liberdade criadora do homem na transgressão dos limites redutores a que a técnica correria o risco de o circunscrever.

298

Um terceiro paradigma que configura a relação do homem contemporâneo com tudo o que constitui o mundo que o rodeia é o da mercantilização ou mercadorização das coisas e da vida. Radica este paradigma no primado do *homo oeconomicus* que tem dominado a sociedade ocidental e que se foi estendendo a todas as suas esferas. Hoje tudo se transforma em mercadoria sendo marcado, consequente-

¹⁰ Cf. J. HUIZINGA, *Homo ludens. Um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*, trad. de Victor Antunes, Lisboa, Edições 70, 2003.

mente, pelo seu valor de mercado. Não são só os objectos quotidianos que são mercadorias, como os carros, as casas, os utensílios, os alimentos, mas até as obras de arte, as ideias e inclusivamente os homens se vêem reduzidos à sua condição de mercadoria, com um preço, um valor económico, um coeficiente de transacção. Tudo se compra e tudo se vende: compram-se títulos, compram-se méritos, compra-se o poder, compram-se influências; mas também se compram ideias, opiniões e pareceres; e compram-se livros, jornais, discos, ao mesmo tempo que se compram quadros, esculturas, projectos, produtos simbólicos e objectos culturais. Nada escapa à mercantilização do mundo, da sociedade e da vida. Mas será que o valor das coisas se reduz ao seu valor económico e ao seu valor de mercado? Não terão todas as coisas outros valores para além do valor do preço com que são adquiridas e transaccionadas? Não é o mundo dos valores um mundo muito mais vasto do que o dos simples valores económicos? E os valores estéticos? Os valores culturais? Os valores políticos? Os valores morais? Os valores ecológicos? Os valores epistémicos? Os valores filosóficos? Os valores religiosos? Os valores afectivos? Não são eles um conjunto de valores que impregna também tudo aquilo com que nos relacionamos no nosso existir quotidiano? A mercantilização do mundo e da vida opera uma redução das coisas à sua natureza epidérmica de seres transaccionáveis. É por isso que se reclama um paradigma que se substitua ao paradigma economicista e que densifique axiologicamente as camadas da realidade em que se inscrevem os relacionamentos da nossa existência. E também aqui as Humanidades podem fecundar a nossa valorização do mundo das coisas e das coisas do mundo. Porque, no contexto das Humanidades, não é o valor de mercado, o valor de troca, o valor económico que tem o primado. Estudando História, aprendemos o valor que a sedimentação do tempo constitui sobre as coisas que o homem vai fazendo e sobre as acções em que o homem se vai construindo como ser em sociedade. Aprendemos o valor da memória e o valor com que os acontecimentos se gravam na memória dos povos, na memória das culturas, na memória das instituições. Estudando Geografia aprendemos o valor sócio-espacial da construção dos lugares, do seu povoamento, do modo como o homem se escreve na terra e na sociedade, como preenche o tempo e os tempos, de ócio e negócio, e densifica as suas relações com os outros homens e com as outras comunidades. Estudando artes, aprendemos o valor estético dos produtos da inventividade humana,

ultrapassamos o domínio do útil e do pragmático e mergulhamos na beleza que emerge de uma tela, de um filme, de uma flauta, de um espectáculo teatral, de uma escultura ou das ruínas de um templo que já foi espaço de comunicação com o sagrado. Estudando línguas, literaturas e culturas aprendemos o valor da palavra, falada e escrita, a importância das formas de comunicação entre os homens, a beleza de um poema ou a maravilhosa arquitectura de um romance, entramos nos mundos da cultura que os homens constroem pelo seu poder discursivo e pela força e plurivocidade das suas linguagens. Estudando Filosofia aprendemos o valor do pensamento, a importância da capacidade crítica, o peso da tradição que nos chega com os pensamentos de outros de outros séculos, a capacidade de analisar e desconstruir linguagens e discursos com que o mundo se foi dizendo ao longo dos tempos, o modo como hoje o homem diz o mundo e o mundo se diz no homem e para o homem. Estudando Ciências da Comunicação e da Informação, aprendemos o valor da informação, do encontro entre os homens através da palavra e da imagem, dos arquivos em que se conservam os saberes e os conhecimentos daqueles que nos precederam, aprendemos que as coisas não valem apenas aquilo que custam mas valem pelo peso que têm na nossa memória colectiva, que se vai conservando nas bibliotecas que são também elas casas da palavra e do conhecimento, onde o valor da palavra e do conhecimento se acende para iluminar a pesquisa que fazemos pelo rasto do que fomos. Por tudo isso, as Humanidades constituem um motor fundamental na desmercantilização da existência e num redesenho paradigmático do saber e da vida axiologicamente orientado de uma forma plural e diversificada.

Estreitamente articulado com o paradigma da mercantilização que caracteriza o mundo contemporâneo está o paradigma da liquidez ou da liquefacção. Vivemos num mundo líquido, numa modernidade líquida, como lhe chamou Zygmunt Bauman¹¹, que se sucede à modernidade sólida que caracterizou o mundo ocidental até à segunda metade do século XX. Na modernidade líquida tudo tem uma existência efémera: as coisas e

300

¹¹ Cf Zygmunt BAUMAN, *Modernidade Líquida*, trad. de Plínio Dentzen, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001 e *Vida Líquida*, trad. de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.

os objectos do consumo quotidiano, as instituições, as relações, o amor, o trabalho, a arte e a cultura. E porque tudo tem uma existência efémera, tudo é descartável: adquire-se, usufrui-se, possui-se para logo a seguir se trocar por outra coisa que vem substituir as anteriores no ciclo da nossa existência. E, assim, o grande problema da sociedade líquida é o lixo, aquilo que se deita fora porque deixou de ter o seu valor de novidade, aquilo que se esquece porque o seu lugar na nossa atenção foi substituído por algo que veio logo a seguir para preencher o nosso interesse e ocupar a nossa actividade. A vida líquida é a vida da sociedade de consumo em que os bens não têm valor próprio mas têm apenas o valor da sua novidade na forma como o eu vai preenchendo as suas satisfações e em que tudo, pessoas e coisas, é, afinal, objecto de consumo. A sociedade líquida é uma sociedade sem raízes, em que as grandes ideologias estruturadoras da praxis social cedem lugar às modas de pensamento e de opinião em permanente mutabilidade. A sociedade líquida é também uma sociedade em que as fidelidades afectivas são uma coisa do passado: as relações constituem-se e dissolvem-se com uma rapidez extraordinária, descartando-se amigos e amantes como quem muda de camisa para enfrentar um novo dia. É por isso que o mundo líquido é um mundo sem memória: o seu tempo é apenas o presente e as ofertas que ele quotidianamente disponibiliza. Ora um mundo sem memória é um mundo sem passado e um mundo sem passado é um mundo sem raízes. A sociedade líquida vive à superfície da terra, da água e do tempo, vive na espuma dos dias, não cuidando dos laços que a história estabelece entre os homens nem do peso arquitectónico que a tradição pode ter sobre a nossa existência. A sociedade líquida é uma sociedade em que os instantes se sucedem uns aos outros, como mosaicos que se justapõem, sem nexos de continuidade nem ancoragem recíproca. Esta é a sociedade da segunda modernidade ou da pós-modernidade como outros pretendem chamar-lhe. Ora a este paradigma da liquidez há que contrapor um movimento que consiga salvaguardar o mínimo de solidez no meio da fluidez incessante que apenas conduz a uma permanente insatisfação e a um incremento permanente do consumismo. E, mais uma vez, o estudo das Humanidades pode ser um excelente contraponto a este mundo de liquidez em que parecemos flutuar. Porque nas Humanidades se encontra e reencontra o que permanece apesar da mudança, se capta o peso do tempo que se contrapõe à leveza do instante, se mergulha na corrente profunda

em que a identidade lança as suas raízes sem que a diferença deixe de se manifestar na sua novidade e na sua actualidade. Mais uma vez, o facto de as Humanidades serem um saber feito de história e memória permite reencontrar um paradigma epistemológico e societal em que o presente se não absolutiza, obnubilando as outras dimensões temporais, mas em que o passado é passado, presente e futuro, o presente é presente, passado e futuro e o futuro é futuro, passado e presente. As Humanidades permitem descobrir o homem no tempo e, a partir da forma como o homem se inscreve no tempo, permitem construir um saber com passado e futuro e solidificar uma existência que se ancora tanto no peso da memória como nas asas da imaginação. O estudo das Humanidades é um regresso às raízes e às fontes do homem e, por isso, permite um reenraizamento do homem e uma refontização do saber através dos quais é possível uma certa solidez no contexto da liquefacção do mundo contemporâneo. O homem regressa às raízes da cultura, às raízes da história, às raízes da sociedade e mergulha nas fontes clássicas de que se alimenta todo o saber de rosto humano e à medida do humano: as fontes da língua, as fontes do pensamento, as fontes da cultura, as fontes da história, as fontes da sociedade e as fontes da comunicação ente os homens. Trata-se, assim, de procurar um saber das fontes e das raízes que permita superar um saber esquecido de si próprio e dos seus caminhos na história da cultura.

3. Gostaria de concluir estas reflexões sobre o papel das Humanidades na sociedade contemporânea através da formulação de três princípios que devem orientar a intervenção dos estudiosos das humanidades no âmbito do saber e no seio da sociedade. São princípios simples, mas incisivos, profundamente articulados não só com o conteúdo do nosso saber mas também com as metodologias através das quais o realizamos e aprofundamos.

O primeiro desses princípios é o princípio da resistência cultural. Significa este princípio que em nome da cultura temos o direito e temos o dever a resistir aos múltiplos reducionismos que são outras tantas tentações das ciências encaradas numa perspectiva positivista e redentorista, como se fosse no saber unidimensional científico-natural que estivesse a salvação da humanidade. A cultura pressupõe a ciência, mas não se reduz à ciência. A cultura é, como gostava de dizer o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, “o sistema de ideias vivas que cada

tempo possui”¹² e é, por isso, “o que salva o homem do naufrágio vital, o que lhe permite viver sem que a vida seja tragédia sem sentido ou radical envilecimento.”¹³ É pela cultura que o homem consegue superar a condição de bárbaro do especialista que sabe muito de poucas coisas, pouco sabendo do mundo na sua totalidade. Se se pode considerar que a ciência alimenta continuamente a cultura, pode considerar-se que são as humanidades o seu berço, o seu espaço de gestação, o seu impulso dinâmico e abrangente, a sua permanente refundação pela sua contínua refontização nas nascentes clássicas em que emergiu o pensamento e se consolidou a mundividência ocidental. Por isso, em nome da cultura temos o direito e o dever de resistir à incultura que ameaça a condição espiritual do homem contemporâneo.

O segundo princípio é o da consciência crítica, da vigilância epistemológica e da capacidade de desconstrução incondicional dos sistemas de ideias que avassaladoramente ameaçam, de forma totalitária, a capacidade de o homem pensar¹⁴, de o homem se pensar e de pensar o mundo em que se situa e em que decorre a sua existência quotidiana. A civilização europeia nasceu da capacidade de interrogar e criticar o real e os discursos que o pretendem dizer e esgotar em linearidades de evidência primária que escondem a sua profunda complexidade. No berço da antiga Grécia nasceu, com os filósofos, os poetas, os trágicos e os políticos a razão crítica e vigilante. E, ao longo de mais de vinte séculos de história, os momentos em que a humanidade sucumbiu foram os momentos em que a razão crítica enfraqueceu, constituindo os maiores expoentes da nossa história os momentos em que ousámos libertar a razão das cadeias do obscurantismo, sendo capazes de uma maioria intelectual que Kant proclamou com a sua célebre máxima “sapere aude”. Ousa saber, ou seja, pensa por ti próprio e pela tua própria cabeça, assume a postura crítica como marca da tua humanidade. É o princípio da consciência crítica que encontramos na cultura viva que os estudos das Humanidades promovem e na atitude socialmente interventiva que essa cultura proporciona e determina.

¹² José ORTEGA Y GASSET, *Missão da Universidade e outros textos*, trad. de Filipe Nogueira, Coimbra, Angelus Novus, 2003, p. 70.

¹³ *Idem, ibidem*, 48.

¹⁴ Cf. Jacques DERRIDA, *A Universidade sem condição*, trad. de Américo Lindeza Diogo, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

O terceiro princípio é o princípio do primado das línguas maternas e das nossas linguagens naturais. A língua materna é o berço em que nascemos para os outros e para o mundo, é a mediação que nos permite estabelecer relações comunicativas com o universo de sentido em que partilhamos o mundo com os que nos rodeiam¹⁵. Cuidar do pensamento e cuidar da cultura é também cuidar da língua através da qual somos capazes de dizer o pensamento e a cultura. Nessa língua se sedimentam e decantam memórias, tradições e identidades, nela foram depositando os que nos precederam a sua compreensão do tempo e da história, nela ecoam contactos com os outros povos que nos fizeram na interacção com eles, desde os gregos e os latinos aos árabes e aos visigodos, desde os nossos vizinhos espanhóis aos franceses, ingleses e alemães. A língua e as línguas naturais que aprendemos e estudamos, que nos apreendem e estruturam, são sistemas vivos em que a história permanentemente se refontiza e permanentemente se renova. Uma Faculdade de Letras é, antes de mais nada, uma casa das línguas e das palavras em que nos descobrimos como seres comunicantes, prontos a partilhar um mundo na partilha do modo como ele se diz, fazendo sentido e inventando sentidos numa comunidade de falantes, capazes, por isso mesmo, de encontros, de concórdia e de paz.

O estudo das Humanidades é, ao mesmo tempo, a promoção da humanidade: nele se desenha o nosso rosto humano, simplesmente humano e demasiadamente humano. Mas somos homens; não somos deuses nem máquinas e é nas nossas frágeis mãos que está o nosso futuro e também o nosso destino. Na humanidade das Humanidades e nas Humanidades da humanidade assumimo-nos como tarefa num desafio à civilização científico-tecnológica em que se escreve o progresso do mundo que habitamos.

¹⁵ Cf. Miguel Baptista PEREIRA, *art. cit.*, pp. 33 e ss.